

Barbearia Autogestionária: Experiência de Capacitação Profissional de Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas¹

Isabela Aparecida de Oliveira Lussi²

Ana Cláudia Esteves dos Reis Fugikaha³

Ana Laura de Melo Alves⁴

Claudia Daher Saad⁵

Thauana Leticia Felicio⁶

Resumo: A parceria entre o movimento da Economia Solidária e o da Reforma Psiquiátrica possibilitou o desenvolvimento de experiências práticas e de aparato jurídico-político que promoveram o fomento de empreendimentos econômicos solidários constituídos por pessoas que se encontravam excluídas do mundo do trabalho por apresentarem problemática no campo da saúde mental. Neste cenário, a Economia Solidária incorporou o cooperativismo social destinado a pessoas em situação de desvantagem social, entre eles, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Este estudo teve como objetivo descrever a metodologia desenvolvida no projeto de capacitação profissional em barbearia autogestionária, de jovens participantes do Programa de Medidas Socioeducativas na modalidade “Liberdade Assistida”, compreendida como tecnologia social. A capacitação foi desenvolvida em três eixos centrais: 1) Construção do Grupo; 2) Formação Técnico-Prática; 3) Inclusão em Grupos. Os resultados mostraram que os impactos da experiência foram bastante positivos na vida dos jovens participantes, tanto segundo eles, na perspectiva de construção de projetos de vida; como segundo seus familiares. Argumentamos que é na construção coletiva que sonhos se tornam realidade, transformam vidas e trilham caminhos menos danosos.

Palavras-chave: economia solidária; autogestão; cooperativismo social; juventude; medidas socioeducativas; tecnologia social

Abstract: The partnership between the Solidarity Economy and the Psychiatric Reform movement made possible the development of practical experiences and a juridical-political apparatus that promoted the development of solidarity-based economic enterprises constituted by people who were excluded from the working world because they presented problems in the field of mental health. In this scenario, Solidarity Economy incorporated social cooperativism aimed at socially disadvantage participants, including, the youth in compliance with socio-educational measures. This study aimed to describe the methodology developed in

¹ Parte deste texto foi apresentada no V Congresso da Rede de ITCPs, ocorrido no período de 1 a 4 de maio de 2019, no Rio de Janeiro-RJ.

² Doutora em Ciências pelo Programa de Enfermagem Psiquiátrica pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo. É Professora Associada da Universidade Federal de São Carlos, vinculada ao Departamento de Terapia Ocupacional, ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional e ao Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) da UFSCar. Como terapeuta ocupacional, atua na área de saúde mental.

³ Psicóloga.

⁴ Cientista Social pela Universidade Federal de São Carlos. Graduanda em Medicina na Universidade Federal de Santa Maria.

⁵ Psicóloga. Especialista em análise do comportamento humano. Orientadora de Medida Socioeducativa no Salesianos - São Carlos.

⁶ Terapeuta Ocupacional. Especialização em Saúde Mental e Psiquiatria com Ênfase em Dependência Química. Graduanda em Políticas Públicas e Socieducação. Coordenadora do Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto Salesianos - São Carlos

the project of professional training in a self-managed barbershop of young people participating in the program of Socio-educational Measures in the "Assisted Freedom." modality, understood as social technology. The training was developed in three central axes: 1) Construction of the Group; 2) Technical and Practical Training; 3) Inclusion in Groups. The results showed that the impacts of the experience were very positive in the lives of the young participants, according to them and their relatives, from the perspective of building life projects. We argue that it is in the collective construction that makes dreams come true, transforming lives and helping the youth choose less harmful paths.

Keywords: solidarity economy; self-managed; social cooperativism; youth; educational measures; social technology

Introdução

Nos últimos anos, no Brasil, a Economia Solidária se mostrou uma potente estratégia de inclusão social pelo trabalho de pessoas que foram apartadas do mundo do trabalho por apresentarem uma história de sofrimento psíquico, ou de uso problemático de substâncias psicoativas, ou uma deficiência física ou sensorial entre outras situações que podem maximizar os processos de exclusão social.

A partir da aproximação entre o campo da Economia Solidária e o da Saúde Mental, especificamente, foi se desenvolvendo uma série de experiências práticas e de aparato jurídico-político que promoveram o fomento de empreendimentos econômicos solidários (EES) constituídos por pessoas que se encontravam nesta condição de exclusão do mundo do trabalho.

Neste cenário, a Economia Solidária incorporou o cooperativismo social que teve sua origem, no contexto nacional, com o movimento da Reforma Psiquiátrica (SINGER, SCHIOCHET, 2014). No entanto, a lei nacional do cooperativismo social, Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999, inspirada na lei italiana, “[...] não oferta uma base legal para a formalização dos empreendimentos econômicos solidários sociais [...]” (SINGER; SCHIOCHET, 2014, p. 29).

Assim, a parceria entre Saúde Mental e Economia Solidária produziu vários avanços visando a concretização das cooperativas sociais, entre eles, a publicação do Decreto nº 8.163, de 20 de dezembro de 2013, que instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social – Pronacoop Social (BRASIL, 2013), com a finalidade de fomentar o desenvolvimento das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários sociais. Com a criação deste Programa se criou também seu Comitê Gestor com o objetivo de elaborar o Termo de Referência do Cooperativismo Social no Brasil (TYGEL, 2017).

O cooperativismo social inclui outros segmentos sociais para além de pessoas com problemas de saúde mental, definidas como pessoas em situação de desvantagem social. O Comitê Gestor do Pronacoop Social redefiniu a categoria de pessoas em situação de desvantagem social que podem compor as cooperativas sociais. São eles: Pessoas com transtorno mental; Pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas; Pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de

penas e medidas alternativas, ou egressas do sistema prisional; Pessoas com deficiência; Jovens, em idade adequada ao trabalho, que estejam em situação de vulnerabilidade juvenil, em especial aqueles que estão cumprindo medidas socioeducativas ou egressos do sistema socioeducativo; População em situação de rua; Pessoas que vivem da coleta, seleção e processamento de material reciclável, que provêm de famílias em situação de pobreza extrema, que não estão adequadamente organizadas em EES e cujo trabalho ainda é realizado em “lixões” ou nas ruas de forma precária, individual ou desarticulada (TYGEL, 2017).

Considerando este contexto do cooperativismo social, temos trabalhado com capacitação profissional de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas na perspectiva da economia solidária, articulando autogestão e desejo dos jovens em relação à atividade profissional.

De acordo com Freire (2005), os processos de inclusão social e o modo como adquirimos conhecimento se torna mais prazeroso e eficaz quando buscamos por experiências que aproximem nossos desejos. Em seus vastos estudos sobre a realidade da sociedade brasileira, Freire elucida a importância de nos reconhecermos no que fazemos como traçamos nossas vivências e relações. O mesmo ocorre no mundo laboral, ao atribuirmos sentido e identificação ao trabalho este flui e cria raízes com forte potência para mudança social.

Tal apontamento vai ao encontro do trabalho realizado no Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto na cidade de São Carlos-SP, serviço desenvolvido pela instituição Salesianos junto a adolescentes de 12 a 18 anos, excepcionalmente até os 21, aos quais se atribuem a prática de um ato infracional, a partir de determinação judicial. As medidas acompanhadas consistem na Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, segundo o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Junto aos adolescentes acompanhados, a equipe do Programa de Medidas visa a responsabilização pelo ato infracional cometido, em consonância com a promoção de experiências, fazeres e vivências que possibilitem a (re)construção de trajetórias desvinculadas do universo infracional, bem como a aproximação dos desenhos e sonhos e a participação social.

De forma a alcançar tais objetivos, busca-se parcerias para promoção de atividades fomentadoras de novos aprendizados, conhecimentos e experimentações nas diferentes áreas (esporte, cultura, lazer, educação etc.), sendo a profissionalização considerada um desafio devido à baixa oferta de cursos profissionalizantes no município e/ou território, com rotinas e cargas horárias intensas e sem oferta de transporte, que incluam o perfil de um adolescente com defasagem idade série, dificuldades de aprendizagem e com a necessidade de retorno financeiro rápido/imediato para atender as demandas de vulnerabilidade socioeconômica. A inclusão no mercado de trabalho também se mostra uma tarefa desafiadora, considerando as exigências quanto à escolaridade e experiência, bem

como os estigmas vivenciados devido ao território de residência, a estética (tais como o preconceito a tatuagens e forma de vestuário), a linguagem, entre outros.

De forma a contextualizar esta reflexão, apresentamos os dados do ano de 2018, coletados nos instrumentais produzidos mensalmente pela equipe técnica do Programa de Medidas, no que se refere à inserção em cursos profissionalizantes e mercado de trabalho, em específico na medida de Liberdade Assistida (L.A.).

No que se refere a cursos profissionalizantes, na medida de L.A. houve a média de onze adolescentes inseridos por mês, sendo oito em cursos oferecidos no próprio Programa de Medidas e três externos (Centro Profissionalizante Dom Bosco – Panificação, SENAC, SENAI e CEFA). Já quanto a inserção no mercado de trabalho, houve uma média mensal de quatorze inseridos (11 sem vínculo e 3 com vínculo empregatício) em funções nas áreas de construção civil, lava rápidos e oficinas mecânicas, lanchonetes e supermercados, entre outras.

Assim, a possibilidade de realizar um trabalho com o qual nos identificamos somado à perspectiva de organização do mesmo nos moldes da Economia Solidária, que tem a autogestão como um de seus princípios, fez com que o projeto de sensibilização para a Economia Solidária de jovens de 14 a 17 anos, participantes do Programa de Medidas Socioeducativas na modalidade “Liberdade Assistida – L.A.”, em São Carlos/SP, pudesse ser construído em conjunto com os participantes, envolvendo seus desejos e sonhos desde o início. O projeto foi desenvolvido pela equipe da Linha de Ação “Inserção Laboral de Pessoas em Desvantagem Social”, do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em parceria com a equipe do Programa de Medidas Socioeducativas em meio aberto de São Carlos, com apoio do Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação (MEC), da Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar e do CNPq.

O projeto teve como objetivo a capacitação profissional de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (LA) na perspectiva da Economia Solidária. A capacitação foi em barbearia autogestionária.

Partindo da compreensão de tecnologia social como o “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2004, p. 130), entendemos a metodologia desenvolvida na Capacitação Profissional em Barbearia Autogestionária como uma tecnologia social.

O objetivo do presente estudo é descrever a metodologia desenvolvida no projeto de capacitação profissional em barbearia autogestionária, de jovens de 14 a 17 anos, participantes do Programa de Medidas Socioeducativas na modalidade “Liberdade Assistida – L.A.”.

Desenvolvimento

A equipe do projeto foi composta pela coordenadora da Linha de Ação “Inserção Laboral de Pessoas em Desvantagem Social”, por uma técnica de incubação, por duas estudantes extensionistas, uma educadora de medidas socioeducativas e um barbeiro.

É importante esclarecer, que faz parte da nossa metodologia partir sempre do desejo em relação à atividade profissional dos envolvidos e também do acúmulo profissional dos mesmos, quando se trata de pessoas adultas com histórico ocupacional. A atividade de barbearia foi escolhida pelos jovens envolvidos no projeto.

A Capacitação foi realizada nas dependências da Instituição Salesianos São Carlos, sede do Programa de Medidas Socioeducativas em meio aberto da cidade.

Parte da Capacitação foi voltada para o ensino-aprendizagem da técnica, na qual eles aprendiam o corte de cabelo discutindo a técnica e o manuseio das ferramentas de trabalho e outra parte focalizou a autogestão, na qual discutíamos as dificuldades da inserção no trabalho, os interesses na área profissional, as possibilidades de trabalho associado como alternativa ao mercado de trabalho tradicional, a divisão de tarefas e a construção de processos coletivos.

Por meio de atividades de formação de grupo, com exercícios de construção coletiva de um possível empreendimento econômico solidário e do aprendizado coletivo do ofício da barbearia, descrevemos o encontro desses jovens com as práticas da autogestão, cooperação e construção de relações interpessoais saudáveis e da possibilidade de geração de renda lícita, autônoma e não opressora.

Para tal o projeto foi desenvolvido seguindo três eixos centrais: 1) Construção do Grupo; 2) Formação Técnico-Prática; 3) Inclusão em Grupos.

Para o Eixo 1) Construção do Grupo, realizamos atividades de identificação de potencialidades dos jovens para atividades laborais, seus sonhos e desejos para o trabalho, por meio de dinâmicas para construção de vínculos e autopercepção, posteriormente, atividades para criação do logotipo e nome para a Barbearia. Ademais, construção dos objetivos coletivos para o espaço físico da Barbearia, dinâmicas para imaginar o espaço físico e o que existiria para ofertar neste espaço, quais os trabalhos e outros. Realizamos um quadro que dispunha sobre a distribuição de tarefas, organização do espaço e execução dos cortes, conforme o interesse dos jovens, garantindo a participação de todos os interessados na aprendizagem prática da barbearia por meio da rotatividade entre eles. Realizamos uma festa de confraternização final com os jovens e suas famílias, entregamos álbuns individuais com fotos do trabalho e das atividades realizadas, uma linha do tempo da participação dos jovens nos encontros semanais, construímos também de maneira coletiva uma

camiseta para a barbearia e cartões de visita, sendo a primeira entregue aos jovens no último dia de atividades.

No Eixo 2) Formação Teórico-Prática, houve a divisão do trabalho em dois momentos, A) Formação Teórico-Prática no Ofício de Barbearia e B) Formação Teórico-Prática em Economia Solidária. Para o primeiro começamos buscando um profissional no ofício de barbearia que tivesse interesse no escopo do projeto, compreendendo suas especificidades e demandas. Depois de realizada uma seleção com barbeiros da cidade de São Carlos/SP, começamos a formação técnica com os jovens. Durante as atividades práticas o ofício foi apresentado, bem como materiais de trabalho, normas de segurança e higiene no trabalho, construção de um cronograma para o aperfeiçoamento técnico: apresentação das medidas da cabeça e face; manipulação dos equipamentos e introdução aos cortes básicos e estilizados.

Para o segundo, realizamos atividades e dinâmicas introdutórias de Economia Solidária, abordando os princípios da mesma, o que é um E.E.S e as formas de organização coletiva no trabalho, autogestão e administração de um E.E.S, por meio de organização e identificação de material e espaço, comunicação visual e oral, listas de tarefas e distribuição destas, em conjunto a gestão de pessoas. Comercialização solidária, abordamos sobre oferta de serviços, propaganda e marketing solidário, fortalecimento da comunidade e daqueles que compõem um E.E.S, bem como o comércio justo e solidário. Em relação às vendas trabalhamos o estudo de viabilidade econômica (E.V.E). Por fim, trabalhamos o tema da formalização de um E.E.S..

No eixo 3) Inclusão em Grupos, tínhamos como ideia central realizar visitas as barbearias da cidade, aos espaços de Economia Solidária e estreitar os vínculos entre esses dois espaços, barbearia e EcoSol. Contudo, no que diz respeito às visitas em barbearias, tivemos bastante dificuldade, pois, apesar de conseguirmos uma rede de barbeiros que demonstraram interesse nas visitas, por eventualidades e outras demandas não foi possível a concretização das mesmas. As visitas aos EES foram realizadas.

Resultados

Os impactos da experiência foram bastante positivos na vida dos jovens participantes, tanto segundo eles, na perspectiva de construção de projetos de vida; como segundo seus familiares, uma das mães relatou que este foi o único projeto, até o momento, que seu filho participou do início ao fim. Ao final da capacitação os jovens receberam dois certificados, um referente à capacitação em barbearia e outro referente à capacitação em autogestão. Argumentamos que a Economia Solidária pode oferecer subsídios para construção de ferramentas de prevenção psicossocial para populações em situação de vulnerabilidade social. Por meio da interface entre a inclusão social pelo trabalho e o

cooperativismo social, entendemos a importância de trabalhos que acolham e possibilitem nova perspectiva para o futuro de jovens em vulnerabilidade social.

A Equipe do Programa de Medidas avaliou a experiência como extremamente positiva para os jovens participantes. Observou-se assiduidade dos jovens inseridos acima da média dos outros grupos que aconteceram no mesmo período no Programa. Foram levantadas hipóteses pela equipe para explicar tal fenômeno, como a sensação de pertencimento grupal (já que era um grupo fechado, com pouca rotatividade), a temática profissionalizante passada de forma acessível, adaptada às demandas do grupo e de possibilidade de aplicação com baixo investimento, além de uma tecnologia de ensino que trouxe a possibilidade do reconhecimento de habilidades de cada participante. Vale frisar que os participantes apresentavam histórico de “fracasso” escolar, e bastante resistência ao processo de ensino formal. Observou-se em alguns casos específicos que a vinculação com o grupo facilitou os atendimentos individuais de L.A., o interesse de retorno escolar e a busca por outros cursos profissionalizantes.

Ao fim de 18 encontros semanais de sensibilização para a EcoSol e Ofício de Barbearia, com duração de 2 horas por encontro, desenvolvidos durante 4 meses com os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, compreendemos que o processo desenvolvido se caracteriza como uma tecnologia de inclusão social, entendida como “[...] metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social [...]” (REDE..., 2009, s/p).

Está sendo construída uma cartilha com a descrição da tecnologia social desenvolvida a ser distribuída em todos os Programas de Medidas Socioeducativas do Brasil visando estimular a reaplicação da metodologia desenvolvida.

Reflexões finais

Apontamos a importância da parceria com a equipe do Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto da cidade de São Carlos para o desenvolvimento do projeto, inclusive com a participação de uma educadora de medidas na equipe de trabalho. O vínculo prévio desta profissional com os jovens facilitou sobremaneira o entrosamento inicial da equipe com eles.

A equipe do Programa de Medidas se mostrou consideravelmente impressionada com a rápida e forte construção de vínculos, especialmente por terem encaminhado ao grupo jovens com experiência de difícil convivência e baixa vinculação. Avaliou que as atividades realizadas com o grupo impactaram positivamente os atendimentos individuais e as perspectivas de convivência e trabalho dos jovens.

Finalizamos este trabalho com reflexões que os encontros com os jovens neste projeto nos proporcionaram: numa manhã ensolarada em meio a uma sala que construiu fortes laços entre pessoas que nunca haviam conversado entre si como grupo, o sol entra pela janela e se estende aos corpos compassados que em meio ao sono se entusiasma com um novo reencontro, entre navalhas, desejos, músicas, tesouras e conversas, eis o encontro de si, o encontro com outros e com o futuro. Os sorrisos e os olhares de acolhimento sempre foram presentes nesse espaço. No resgate de memórias os sonhos são transformados em potenciais de mudança, as palavras amigas e o sentimento de pertencer florescem. Resgatar sonhos e possibilitar sua existência no plano físico é uma tarefa diária que caminha entre aprender, germinar, cuidar e fomentar. Os olhos cheios de entusiasmo daqueles que acompanharam este projeto entendem que no país que a cada 23 minutos um jovem negro periférico é morto, no país em que o racismo estrutural ocorre de forma desenfreada, palavras e trabalho pautado na identificação destes com suas vivências e sentimentos podem acolher e cuidar. Tornam-se potenciais na transformação da vida de jovens que vivenciam a negligência estatal, genocida e racista, que não oferece oportunidades de geração de trabalho, renda e estudo, de saídas para a situação de vulnerabilidade social. É na construção coletiva que sonhos se tornam realidade, transformam vidas e trilham caminhos menos danosos.

Referências

- BRASIL. **Lei nº 9.867**, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9867.htm. Acesso em: 18 jun. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em 18 jun. 2019.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 42.^a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 184p.
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: LASSANCE JR, Antonio. E. et al. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004. p. 117-133.
- REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. Disponível em: <http://www.rts.org.br>. Acesso em: 23 set. 2009.
- SINGER, Paul.; SCHIOCHET, Valmor. Economia solidária e saúde mental: a construção da política nacional de cooperativismo social. In: PINHO, Kátia Liane Rodrigues; PINHO, Leonardo Penafiel; LUSSI, Isabela Aparecida de Oliveira; MACHADO, Maria Lucia Teixeira **Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014. p. 25-9.
- TYGEL, Daniel. **Trilhas da inclusão: envolver o mundo com o cooperativismo social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. 88p.